



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 53

Sessão Ordinária de Setembro

5.ª Reunião de 10-10-2003

Aos dez dias do mês de Outubro de dois mil e três, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, António Fernandes Ribeiro Martins, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Ferreira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rita Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Luís Paulo Pinheiro Tavares, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Victor Manuel Simões Dias, António Manuel Pinho Regala, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, João Carlos Martins Valente, Rui Manuel Pereira da Costa, Fernando Vieira Ferreira, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Joaquim dos santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Marília Fernanda Correia Martins (entrou na sala às 21:30 horas).

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário do pedido de “renúncia ao mandato” de Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, posicionada em n.º 12 na lista sucedânea de candidaturas do CDS/PP, para este órgão autárquico.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, do Vogal Jaime Simões Borges, por António Fernando Ribeiro Martins, da Vogal Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, por Rita Vasconcelos Dias Pinho e Melo e do Vogal António Manuel dos Santos Salavessa, por António Manuel Pinho Regala.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves e Victor Manuel da Silva Martins, se fizeram substituir, nesta reunião, por Paulo Jorge Teixeira de Jesus e Luís Paulo Pinheiro Tavares, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa

“Há aqui um papel para ser distribuído, que diz que é revogada a deliberação sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, tomada em 26 de Junho de 2003, e portanto (isto é o que diz a Câmara) solicita que seja retirado da ordem de trabalhos este ponto de agenda.

Não é retirada propriamente — caduca. Porque “morre o bicho, morre a peçonha”; salvo seja! Isto é: tendo sido revogada a deliberação, não temos nós que deliberar sobre uma deliberação que já não existe. É assim. Se houver entendimento em contrário dir-me-ão, faz favor, para ser melhor pensado este ponto de vista.”

Não se verificando intervenções sobre o exposto, o Presidente da Mesa deu início à discussão do ponto 6 da Ordem do Dia desta Sessão Ordinária.

PONTO 6. – CONCESSÃO DA OBRA PÚBLICA E CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE QUANTO AO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA MAIA MAGALHÃES.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 22/09/2003, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação deste assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(entrou na sala o Vogal Armando Manuel Dinis Vieira).

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, e porque não, Senhores Presidentes de Junta.

Como todos sabem, sou o legítimo representante da Freguesia da Vera-Cruz. Como tal, tenho a obrigação de defender os interesses da população, das suas raízes, e da sua cultura.

Se bem se lembram, na última Comunicação do Senhor Presidente, questioneei: porque é que a Junta não foi ouvida para a implementação de um parque de estacionamento no Largo Maia Magalhães!? Se todos tiverem boa memória, lembram-se qual foi a resposta do Senhor Presidente? E qual foi? Não respondeu!

E como não obtive resposta, eu até acho que o Senhor Presidente podia responder dizendo que não é obrigado a isso! E não é obrigado. Mas também não é obrigado a ouvir a Divisão de Trânsito — e neste caso até deu um parecer quanto a mim que é incoerente. E

acho que é incoerente porque não acredito que a Divisão de Trânsito desse um parecer só para ir ao encontro do projecto da Câmara.

E por isto, Senhor Presidente da Câmara, eu gostava de discutir a concessão de obras de um parque subterrâneo no Largo Maia Magalhães numa atitude de consenso, mas não o posso fazer! E infelizmente não o posso fazer sem um sentimento de alguma indignação. E esta minha ideia é ainda mais sustentada porque continuo a ouvir o Senhor Presidente da Câmara a referir-se com desagrado à Divisão-Geral do Património só porque cedeu o Centro de Saúde Mental à freguesia de São Bernardo.

É triste! O Senhor Presidente da Câmara insurge-se com a desconsideração da Direcção do Património e nós Presidentes de Juntas como nos devemos sentir quando somos constantemente ignorados!?

Senhor Presidente da Câmara (e se todos se lembram), ando há seis anos a dizer isto, quando li a deliberação nem queria acreditar! Uma obra destas mesmo em frente à futura sede da Junta de Freguesia sem uma palavra ao Presidente da mesma!? Já não digo ao Presidente da mesma, mas podia dizer à Junta em si.

A Câmara e a Junta de Freguesia são dois órgãos autárquicos. Não seria normal num estado de direito democrático viverem em parceria institucional e solidária?

Nunca somos ouvidos para nada; nunca fomos chamados para nada e nunca as nossas propostas foram realizadas – é às vezes até dizem que são boas propostas! Até dá a impressão que as boas ideias ou projectos, não sendo do Senhor Presidente ficam na gaveta.

Não é por casualidade que a minha colega de Esgueira, na última reunião, referiu aqui que as Juntas de Freguesia não estão a ser tratadas com dignidade.

Fez-se a reconstrução de um imóvel centenário para sede de Junta de Freguesia. Na visita do Senhor Presidente à obra, fala-se da intenção da Junta para o largo, o mesmo tem sido referenciado na imprensa, existe um ofício na Câmara a pedir intervenção para o largo — não há uma resposta, a não ser uma palavra do Senhor Eduardo Feio que nos disse que tínhamos que realmente de esperar, se calhar, pela obra!?

Até acredito que o Senhor Presidente da Câmara vai dizer que este projecto foi aprovado no Plano. E eu só terei que dizer que: o Plano é uma intenção! Eu lembro-me que o Doutor Girão Pereira também tinha num Plano fazer um parque subterrâneo na rua Dr. Alberto Souto. Mas isto dos Planos... se me falar aqui no Plano, nós sabemos que os Planos são feitos, de uma maneira geral, ou são concluídos em 60, 70%, numa atitude já razoável.

Mas se nós fôssemos a levar em conta todos estes Planos então teríamos que rever muitas vezes e ser mais exigentes nas discussões dos mesmos. Mas o que era mais importante, era que muitas vezes nos respondessem aos ofícios, para nós também podermos dialogar.

E eu então começo por perguntar se se vai fazer esta obra no Largo Maia Magalhães, em frente a uma sede de Junta de Freguesia – que está para ser terminada agora? E se havia essa intenção, e se havia o projecto para aquele local, porque não se iniciou a obra na altura da junta de freguesia? Porque ao começar agora esta obra vamos ter que partir novamente a junta!?! Aliás, vimos o que aconteceu ali na Marquês de Pombal.

Pois Senhor Presidente da Câmara, para nós, neste momento, o projecto naquele local é errado. Não só para nós (e eu estou aqui a representar a Junta de Freguesia da Vera-Cruz, e a sua população). Quanto a mim, este projecto é sustentado em atitudes camarárias incoerentes. E depois, ninguém de boa fé, que conheça bem o local e as pessoas, não se acredita que é para servir a população. Porque o estacionamento tem que ser pago. Os locais têm que ser vendidos. E eu pergunto: se se faz isto porque é que não se fez (e anda-se a pedir isto à seis anos) o regulamento de trânsito para o bairro?

A incoerência da Câmara é tão grande que não pensou nem estudou os inconvenientes!

Faz-se a “Semana da Mobilidade” e faz-se “O Dia Sem Carros” para desmobilizar as pessoas a trazerem o carro para a cidade e servirem-se dos transportes públicos. Mas logo a seguir, faz-se um parque de estacionamento para 250 lugares que podem vir (e eu posso já dizer) que podem aparecer propostas a transformar este parque em 500 lugares — o que vai contrariar a pretensão da Câmara, porque vai fazer com que estes carros atravessem o centro da cidade para irem para este parque.

E isto meus amigos (permitam-me o aparte), não acredito que “O Dia Sem Carros” tenha sido feito só para prejudicar os comerciantes!? Porque esses são os que mais falam.

Mas vamos então à obra. E como fundamento para esta obra, o Senhor Presidente da Câmara traz à Assembleia o seguinte: condições de concessão, 10 lugares para a Câmara— a Junta que fica ali que os vá comprar. O arranjo exterior da praça será da responsabilidade do adjudicatário e aprovado pela Câmara! A Junta mesmo nas suas barbas mesmo não tem voto na matéria. Depois concessão pelo prazo de 50 anos!? Não será exagerado? Senhor Presidente da Câmara aquela zona que é uma zona nobre e de conflitos, vai ficar condicionada até à altura dos nossos bisnetos? Aqui até lhe dou os parabéns porque durante 50 anos ninguém vai poder fazer lá mais nada.

Senhor Presidente da Câmara, já reparou que neste momento o representante da Junta de Freguesia da Vera-Cruz não concorda minimamente com este parque de estacionamento no centro da nossa freguesia. E o nosso fundamento é o seguinte (e aqui é que nós nos fundamentamos para isto): não traz mais-valia para a Câmara e vai prejudicar substancialmente os munícipes. Mesmo ao lado existem os parques do Corticeiro, Veneza, Vera Cruz e Ana Vieira, que nunca enchem. No prédio mesmo ali na Rua Campeão das Províncias, vão existir 100 garagens. Mais importante do que isto é que aquele local não deve ser nem remexido e nem profanado!

Chamo a atenção do Património e do IPPAR, estejam muito atentos meus senhores, ali mesmo, naquele largo, em 1840 foi a Igreja Matriz da Freguesia; foi o único Cemitério da Freguesia. Existem arcadas dum túnel que atravessa a cidade e que vai ter à fonte da Mina e a outros lados - se calhar conventos. Já aquando da colocação da Estátua ao Bombeiro e da construção do Quartel, viram-se ossadas e as tais arcadas. Por todos estes motivos e mais alguns, somos frontalmente contra o parque na Praça Maia Magalhães.

Senhor Presidente, depois disto, aproveito para lhe lançar um repto: o Senhor já fez obra de grande envergadura em Aveiro, transformou a cidade para melhor, é altura de se virar urgentemente para obras sociais que são muito necessárias. O Senhor não deve dar a ideia que é insensível a estas componentes.

E referindo-me à Vera-Cruz, para os casais jovens, para os idosos, para os carenciados, onde está a habitação social? Onde estão os jardins-de-infância? Onde estão os ATL?

Temos que criar condições de vida para estas pessoas. Somos obrigados Senhor Presidente da Câmara (e até porque somos Socialistas), a criar um modo de viver mais alegre, com menos preocupação e com mais qualidade de vida.

A Vera-Cruz não tem sequer um pequeno parque ou um jardim-desportivo onde as crianças possam praticar desportos. Não julgue que todos vão ter possibilidades de ir para o novo Estádio.

Senhor Presidente da Câmara, tome isto em consideração e vai ver que até rejuvenesce.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Luís Paulo Tavares (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Isto hoje realmente começou bem, está a dar um certo gozo e eu não sei por onde hei-de começar. Acho que vou ter que começar pelo elogio que se impõe à cara lavada com que o

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz, Socialista, ou eleito pelo menos nas listas socialistas, defendeu aquilo que diz ser o interesse da sua Freguesia. Gostei de ver a forma destemida, desassomburada, simples, directa com que abordou um assunto, mesmo que essa abordagem que aqui nos trouxe seja eventualmente para ele incómoda e lhe possa eventualmente acarretar alguns problemas, nomeadamente no seio da disciplina partidária. É de atitudes destas que aqui precisamos! É de desassombros destes que esta Assembleia carece. E é de verdadeira honestidade na defesa dos interesses daqueles que nos elegeram, que nós cada vez mais precisamos neste Executivo e nesta Assembleia Municipal. Por isso dou os meus parabéns ao Senhor João Barbosa e apenas realço ou lamento o facto de que apesar de todo esse desassombro, ainda se nota o velho ditado de que “com o mal dos outros posso eu bem”; ou “a galinha da vizinha é sempre melhor do que a minha” (embora sejam contraditórios estes dois ditados). Isto é, gostaria de ter visto o Senhor João Barbosa há dois dias atrás invocar os mesmos argumentos, ainda que não na sua Freguesia, em relação ao parque de estacionamento, que no meu entender e no nosso entender - tal e qual o dissemos na última reunião desta Assembleia, padece das mesmas enfermidades estratégicas, políticas de futuro, que este da Maia Magalhães padece também. Nem sempre se pode ser coerente e ao menos assim o Senhor Barbosa pode votar a favor descansado. Espero que hoje a atitude seja outra e diferente!?

Depois Senhor Presidente da Mesa, uma interpolação à Mesa, para solicitar-lhe que me elucidie se isto é para retirar ou se é para continuar? Por uma coisa muito simples: nisto que é a acta da reunião ordinária de 22 de Setembro da Câmara Municipal de Aveiro, diz-se: “que a concessão... (tam, tam, tam, tam), sobre a praça Maia Magalhães, o valor base são 3600€ mês”. Nisto que é a pseudo proposta de abertura de concurso público diz que são “3600€ ano”. Portanto, acho que não estamos aqui a fazer nada!? Isto é para retirar e já. Porque isto é um erro grosseiro, isto é uma alarvidade política de todo o tamanho e é gozar com a cara dos que aqui estão.

O Senhor Presidente desculpe: é mais um erro de um funcionário que se tem repetido vezes sem conta, vezes sem conta ao longo de seis anos. Há “n” funcionários a cometerem erros que consecutivamente são desculpados e perdoados, desculpados e perdoados, e nós é que somos os maus da fita porque nos aparecem papeletas destas com incongruências, com paradoxos tão descabidos!? Que bastava uma simples revisão do texto, seja de quem for, para que isto não acontecesse. É tão simples como isto!

E portanto, é minha opinião Senhor Presidente da Mesa, que estava na altura de a Mesa decidir - em concordância eventualmente com o plenário - que de uma vez por todas a Câmara tem que ser penalizada por coisas destas. E isto devia ser retirado à luz até do Regimento porque “não diz a bota com a perdigota” “nem a cara com a careta”, não sei de quem é a cara, nem de quem será a careta.

Depois, fazemos fé em quê meus senhores? Fazemos fé em quê? Eu só pergunto: faço fé em quê? Os senhores Vereadores aprovaram uma concessão...”

Presidente da Mesa:

“O Senhor Deputado tem toda a razão quanto a essa discrepância. Mas vamos já esclarecer isso, já foi esclarecido na outra sessão. Estes 3.600€ é ano, não é Senhor Presidente da Câmara? Ó Doutor Alberto Souto desculpe lá, o Senhor Deputado está com toda a razão, há aqui dois valores. Um papel diz 3.600€ ano, no outro diz 3.600€ mês. É mês ou é ano?”

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Senhor Presidente, já ontem tínhamos tido ocasião de explicar essa gralha: é 3.600€ ano.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa:

“Tem toda a razão na sua intervenção, mas pelo menos já estamos esclarecidos que é ano”.

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

“...Eu esclarecido não estou...”

Presidente da Mesa:

“Esclarecido, que queriam que fosse ‘ano’.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

“...A intenção é que fosse ‘ano’ não é!? Pronto.

E peguemos então nisso: não ouvi nem ouvirei estou certo da parte da bancada do Partido Socialista qualquer tipo de apoio a esta minha intervenção. Também não preciso! Os factos falam por si só.

Li ainda hoje, num qualquer órgão de comunicação social aqui do burgo, que aqui os senhores à minha direita do PSD e o CDS, que estavam cada vez mais a tentar encostar o PS (e criticando o seu espírito acético), a sua nula intervenção, encostar o PS a um apoio sem entusiasmo à Câmara Municipal de Aveiro. Não é isso!? É pena que alguns jornalistas da nossa praça ao fim de seis anos tirem estas brilhantes conclusões. Não é isso!? O que nós aqui andamos a dizer há seis anos é que estas coisas não podem acontecer e nunca ninguém escreve isso lá para fora. Perdoem-me, saiam da sala quem quiser; nunca ninguém escreve isso. Escrevem isso sim, e o facto político é esse, não é um mau negócio, não é um negócio ruinoso, não são os papéis que vêm assim! O facto político é que o PSD e o PP estão, qual tentativa desesperada, a tentar empurrar o PS contra a parede.

Mas o que é isto? Nem nunca conversámos com o PSD sobre isso, nem o PSD conversou connosco sobre isso! Aquilo que fizemos foi constatar. Pena tenho que alguns só constatem ao fim de seis anos! Se calhar, ao menos é sinal que outros ventos estão a começar a soprar, se calhar ao menos isso.

E depois diria o seguinte, concretamente sobre o negócio: eu tinha esperança que efectivamente os 3.600€ fossem por mês – tinha esperança! Porque filosofias à parte, políticas à parte, estratégias à parte, já não vou falar outra vez da política de estacionamento, nem sequer da política de trânsito — não vou pedir à Teresa Fidélis que tente convencer a sua bancada novamente como também esse mesmo jornal dizia.

3.600€ ano!?!... Façam estas contas comigo: se tivermos nesse parque (vamos supor que são 250 lugares) uma ocupação de 250 lugares, oito horas por dia, já não conto as 24 horas, 250 lugares oito horas por dia a 1€. Sabem os senhores quanto é que isso dá por dia? Dá dois mil euros por dia. Sabem os senhores quanto é que isso dá multiplicando por vinte e dois dias de trabalho, mês? Já nem multiplico pelo mês todo, dá quarenta e quatro mil euros mês. Sabem quanto é que isso dá ao fim de um ano? Dá quinhentos e vinte e oito mil euros e a Câmara vai cobrar três mil e seiscentos euros por esta concessão!?

Ó Senhor Presidente, os disparates se os disser sou eu que os digo, não é o Senhor. Quanto é que o Senhor vai cobrar por ano? Três mil e seiscentos euros?...

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Não insista no disparate, pense um bocadinho...”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

“...Olhe, ó Doutor Alberto Souto, o Senhor falará assim com os seus filhos, com a sua família, com quem o senhor entender! O que o Senhor não me vai dizer mais na cara é: não insista no disparate. Não vai!? O Senhor tem tanto direito ao disparate como eu — e o Senhor tem cometido os seus também.

Eu diria então o seguinte (e para terminar em relação a números), eu diria ou questionaria o seguinte (já agora mais um disparate): o cálculo do valor da renda foi efectuado com base em quê? É que as deliberações que aqui temos não dizem nada! Foi efectuado com base em quê? Nos pelo menos 250 lugares? Notem bem o ridículo da questão; o disparate que aqui está encerrado!? Pelo menos 250 lugares dão 3.600€, pelo menos. Ou foi calculado com base na área? É que a área dá 500 lugares!? Pelo menos 500 lugares! E estamos a cobrar 3.600€ ano por 250 lugares ou por 11 mil e qualquer coisa metros quadrados de área!? É que nem sequer isso nos explicam. E pedem-nos que votemos uma coisa destas?! Obviamente, que já se sabe como é que temos que votar uma coisa dessas. É pena que outros não façam análises semelhantes ou mais bem feitas, sem tantos disparates.”

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Tal como um jornalista referiu na edição de hoje do Diário de Aveiro, as preocupações que manifestei na minha intervenção de quarta-feira passada, reportam-se com particular premência a este ponto da ordem de trabalhos.

Pena é, que o referido jornalista não tenha entendido o resto da minha intervenção e, em substituição, tenha optado por brincar com as minhas palavras julgando fazer um brilharete com virtuais afirmações.

Já o meu colega de Assembleia, Sr. Diogo Soares Machado, consegue ser bem mais interessante. Quando ouve determinada intervenção que lhe parece útil, opta por lhe atribuir incongruências, não por as intervenções as terem de facto, mas provavelmente por lamentar não se ter lembrado de algumas das minhas considerações para utilizar na argumentação da sua bancada.

Eu acredito que mesmo nesta sala, a política pode ser encarada e exercida sob diversas formas. No meu entender, não deve ser sempre uma mera aritmética entre “nãos” “abstenções” e “sins”, mas sim envolver tempos para partilhar informação, reflectir, e construir opinião.

Hoje sublinho as minhas preocupações relativamente à construção deste parque de estacionamento por entender que 1.º É necessário promover maior investimento nos actuais objectivos da mobilidade e qualidade de vida urbana, tanto mais que a legislação ambiental vai tornar-se cada vez mais exigente. 2.º Termos que ter cuidado e procurar evitar ou acautelar problemas decorrentes de investimentos que estamos hoje a incentivar.”

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, telegraficamente, até porque a questão de substância já é recorrente em relação à anterior Assembleia. Relativamente a esta questão eu queria começar apenas

por tecer-lhes ligeiríssimos considerandos sobre legitimidade democrática, para referir e esclarecer quem possa eventualmente ter de ideia diferente, que a legitimidade de um Presidente de Junta não é superior à legitimidade de um Executivo autárquico, pronto.

Não tenho dúvida nenhuma que o Senhor Armando Vieira, aliás Presidente da Associação Nacional de Freguesias, que muito nos honra, não tenho dúvidas nenhuma sobre isso, mas provavelmente haverá quem tenha. E eu estou particularmente à vontade porque no caso votei quer no Presidente da Junta, quer no Presidente de Câmara. E gostosamente o fiz. Ora, um autarca tem a legitimidade total para se afirmar como representante dos seus eleitores em tudo aquilo que diz respeito ao cumprimento do mandato, pelo qual se fez eleger.

A partir do momento em que extravasa esse estrito mandato, tem toda a legitimidade tanto qualquer cidadão. Eu sou habitante da Vera-Cruz. Eu concordo com a construção desse parque e, portanto, não admito que algum elemento da Junta venha dizer que está a falar em meu nome dizendo que é contra. É legítimo que esteja. Agora, não pode é dizer que está a falar em meu nome, até porque a menos que isso estivesse obviamente no mandato pelo qual eu representei, teria obviamente outro entendimento. E portanto, isto fica claro, penso que é óbvio, mas todavia não quis deixar de o referir e portanto, com isso também referi a minha concordância com esta obra que no meu modesto entender de habitante da Vera-Cruz entendo que numa perspectiva de prognose é o equipamento que se justifica e se justificará cada vez mais.

Duas questões apenas, uma aliás o Senhor Presidente já referiu. Quer dizer: a Câmara Municipal que ponha “til” na Câmara nós podemos engolir, agora subterrâneo com “i”... a menos que se queira fazer uma mina de urânio. De facto, começa desse ponto de vista a apresentar lacunas várias.

Finalmente, eu penso que essa questão estará ultrapassada, pelo menos das palavras do Senhor Presidente da Assembleia penso que está ultrapassada, mas não deixa de ser uma questão a merecer a atenção da Mesa. Eu penso que esta Assembleia ou a Mesa desta Assembleia terá condescendido vezes demais na recepção de documentos apócrifos. Perante uma disparidade que neste momento se verifica entre dois documentos, é evidente que se um fosse certificado, nós podíamos socorrer-nos dele. A verdade é que são ambos apócrifos e portanto, por essa via, obviamente acreditamos que se trate de um mero “lapsus calami”. Porém, a verdade é que a própria redacção não o faria em colocar, ou seja, porque na deliberação se refere que o valor base se cifra em 3.600€, e nas condições constantes. Ou seja, se se tivesse limitado a remeter para as condições constantes a questão estava sanada, mas houve o preciosismo de especificar esta quantia, a qual não corresponde de facto com a informação anexa. Mas de qualquer modo foi esclarecido que se tratará de um “lapsus calami”. Quanto a mim a questão estará corrigida, mas podia ser obviada e eu penso que deverá ser obviada, pela exigência de documentos devidamente certificados. As actas terão que vir assinadas, porque se viessem a questão nem se colocaria, porque há um documento qualquer que tem que estar certificado, ou acta ou os documentos anexos. Agora, quando ambos vêm, estamos nesta contingência de corrigir e portanto, é uma questão... neste caso foi fácil solucionar na medida em que é perfeitamente plausível e aliás justificável. Mas podem-se colocar questões de facto complicadas, de referências mais complexas para documentos anexos, que nos vejamos numa situação de não sabermos exactamente o que é que estamos a votar.”

Vogal Liz Silva (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Regala (PCP)

Vogal Orlando Terra Sêca (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Quando o Senhor Presidente com o seu sotaque castelhano se dirigiu a esta Assembleia, eu lembrei-me logo (com as suas respeitadas barbas), do grande Autor Miguel Cervantes, porque até na face é ligeiramente parecido. Fica-lhe bem, fica-lhe bem Senhor Presidente. Depois permita-me aqui e lamento que não estejam aqui todos na sala, mas eu tenho que fazer hoje aqui um cumprimento a uma colega desta Assembleia, uma senhora deputada, e cumprimento por variadíssimas razões, pelo seu contributo para a beleza desta Assembleia — e refiro-me à Dr.ª Teresa Fidélis, com a sua beleza pessoal, que também deve referir-se aqui. Hoje no Diário de Aveiro vem enriquecer e de que maneira a imagem desta Assembleia e eu faço aqui um apelo ao Diário de Aveiro, publique mais vezes a fotografia da Dr.ª Teresa Fidélis que realmente as outras Assembleias ficarão com certeza com dores de cotovelo da nossa. Muito obrigado e vamos a isso.

Quanto à intervenção do Senhor Barbosa. Do meu caro colega e amigo Barbosa, eu há dias quando falei sobre este estacionamento do parque Maia Magalhães, eu disse-lhe que concordei. Disse aqui que concordava com o parque porque julgo conhecer alguma coisa de cidades antigas. Estou-me a lembrar de uma que ainda há dias visitei que é Mérida e que tem, como sabem, umas ruínas romanas muito bem conservadas e muito próximo tem um estacionamento. Muito próximo! O centro urbano de Cáceres “o casco viejo” como eles lhe chamam, os centros urbanos das cidades antigas têm parque de estacionamento. Mas aqui o senhor trouxe um novo dado que me fez um tanto mudar de ideia e não tem nada a ver com oposição. Tem a ver com a postura da Câmara quanto a aquilo que eu refiro como as galerias existentes no local: o respeito pelo cemitério antigo e a protecção do património existente no local, nomeadamente o património arquitectónico e o património arqueológico, se existe. Vossa Excelência disse que sim, e se assim é, eu estou espantado com a insensibilidade da nossa Câmara. Porque se o Plano Polis (e eu queria aqui que me ajudasse, Caro Senhor Vereador Eduardo Feio), aquela área está protegida e enquadrada no Plano Polis, não está? É que eu neste momento não tenho isso de cabeça e como aquela zona é zona antiga eu pensava que estava. Mas se estivesse, ainda pior era. Porque sendo o programa Polis, um programa de requalificação do património arquitectónico urbano, protecção da história de cada uma das cidades e o seu enriquecimento, ainda seria pior. Ora, face àquilo que me disse e a ser verdade o que me disse, eu mudo de ideias e estou do seu lado nesta matéria. Não porque fez a intervenção que fez e ser Presidente de Junta (porque essa é uma razão). Aveiro tão ausente como está, tão pobre como está, de referências histórico ou arqueológicas e de património depois da destruição da nossa muralha, era bom que se houvesse ali qualquer coisa que se pudesse proteger, que servisse de referência a quem nos visita e que era com certeza um factor apelativo da vinda do turismo até aquele largo. Se assim for eu acho que a Câmara avisadamente Senhor Vice-Presidente, eu não conheço em profundidade a matéria... se está lá muito bem; eu não tenho aqui presente. Essa é uma questão que deve uma Câmara que eu julgo ter a sensibilidade para estas matérias, deve estar presente nas decisões e se houver esse património que aqui referiu eu acho que o parque deve ser eliminado. Pura e simplesmente eliminado.

Outra coisa que me aqui apraz referir é realmente, eu fico espantado (e aqui não me posso calar), eu não posso aceitar que no respeito institucional, pelas competências de cada um dos órgãos, obviamente não gostei de o ouvir dizer, caro colega Barbosa, que o Senhor estava abaixo do Presidente da Câmara. O Senhor não está nada abaixo do Presidente da Câmara. O Senhor está institucionalmente no seu lugar. Tem as suas competências e o

Senhor Presidente da Câmara tem as dele - quando muito estará ao lado dele e numa perspectiva de complementaridade na acção devem estar ao lado um do outro. E se assim não é, eu espero não o ver mais na fotografia ao lado do Senhor Presidente da Câmara nos cartazes da campanha. Deve ficar de joelhos, de cócoras, deitado — veja lá como é que há-de ficar. Porque eu acho que é preciso dignificar a nossa classe de autarcas que são o primeiro patamar. Nós somos o alicerce do sistema democrático português e como tal todos os outros patamares devem-nos respeitar. Porque se ruir este patamar pode ser que o edifício democrático também possa ruir. Nós somos verdadeiro sustentáculo. E já agora, eu digo aqui ao senhor deputado europeu e nosso Presidente e ilustre político do nosso país e grande referência da democracia portuguesa, Senhor Doutor Candal, que a Democracia Portuguesa - eu volto a repetir, acho que já disse isto, se disse peço desculpa, repito: a Democracia Portuguesa ainda não fez o reconhecimento (adulta que já é) do importante papel das freguesias na consolidação do regime democrático e no desenvolvimento do país. Não fez, está por fazer! Estou cansado de dizer isso a tudo quanto é autoridades deste país, desde o Senhor Presidente da República até qualquer Secretário de Estado, estou cansado de dizer. Toda a gente acha que é verdade, mas o que é facto é que têm medo de nós. Medo porquê!? E mais, tem que haver uma evolução: este estado de coisas não se pode manter; esta organização administrativa não se pode manter. As freguesias são crescentemente chamadas a prestar e bem, serviços na razão da proximidade, que é uma mais-valia — usando um chavão economicista. É uma mais-valia competitiva inquestionável, e as freguesias tem que ser crescente, tem que haver uma evolução porque estamos estagnadas. O processo legal, o enquadramento legal das freguesias tem que ser revisto. Se calhar tem que ser reestruturada e criada uma outra figura que venha a gerir as freguesias num órgão superior a exemplo das comunidades urbanas e áreas metropolitanas, que permitam às freguesias terem escala e capacidade e competências e capacidade e recursos humanos que nós não temos. Porque nós sistematicamente fazemos muitas coisas que as Câmaras não fazem e que deveriam fazer.

Caríssima Dr.^a Teresa Fidélis, permita-me que refira, há bocadinho fiz-lhe um cumprimento, apareça mais vezes o Diário de Aveiro que enriquece a imagem desta Assembleia, dou-lhe os meus parabéns por isso. Eu aprendi ao longo destes anos e não me custa nada cumprir e dizê-lo aqui, confessar, estamos aqui num confessionário que é a nossa terra e dizer: a Comunicação Social não vale a pena. A Comunicação Social tem a sua perspectiva das coisas e nós temos que aceitar. Podemos discordar, como eu discordei muitas vezes no passado, continuo a discordar, se calhar às vezes há imprecisões naquilo que nós dizemos, mas é a leitura das pessoas que estão daquele lado e nós temos uma e eles têm outra — tudo bem! É o jogo democrático, é a liberdade que a democracia nos permitiu e é sem dúvida a ferramenta importante que a Comunicação Social representa.

Eu estou curioso de ver, caro colega Barbosa, como vai comportar-se a sua bancada nessa questão que é muito séria!? Que é muito séria, nem é sequer política, é do interesse da nossa cidade. Como lhe disse eu era de acordo com o parque de estacionamento — eu disse-o aqui na anterior Assembleia. Mas face a isso tenho que rever a minha posição e quero ver qual é o comportamento dos nossos colegas Presidentes de Junta. A solidariedade institucional que vai ter dos nossos colegas quando for a hora da votação e dos seus colegas de bancada; se pretendem Aveiro com memória, que é fundamental que Aveiro tenha memória que infelizmente está um pouco apagada.

Aqui o meu companheiro de bancada o Liz Silva, referiu-se há bocado e muito bem, e lembrou uma coisa que já tínhamos todos esquecido — que tinha havido um dia “D”. Mas ele esqueceu-se que houve dois dias “D”. Houve o dia “D” esse do combate contra a droga ou a favor da droga, falta saber qual é a leitura que temos, a favor ou contra; eu acho que foi mais a favor do que contra e depois houve um outro dia “D”, foi aquele em

que o António Guterres fugiu. Esse foi o outro dia “D”. Foram dois dias “D” na nossa comunidade.

Quanto ao meu amigo Terra Sêca. O meu amigo Terra Seca trouxe para esta Assembleia aquele ar guerreiro que é próprio dos nascidos à volta do Castelo da Feira, não é verdade? E daquelas lutas com a espada na mão, ou se não for com a espada com a faca de cortar o couro, que é próprio daquela gente ali da feira, e toca de brandir essa espada que é também habitual nele, que ele está bem provido, que é a sua verve e a sua língua. Mas Caro Colega, não sabe da história da oposição nesta casa. Nós sabemos ser oposição civilizada sabe. E deveria ter visto e também nessa matéria o Partido Socialista está a aprender connosco, sabe porquê? Porque enquanto foi oposição frequentemente desceu abaixo, muito abaixo. Frequentemente sem ofensa para ninguém (eu conheço isto há muitos anos como sabe), frequentemente desceu abaixo, por pessoas que hoje se lerem as actas (aliás eu há dias disse que um dia destes vou fazer um exercício do que disseram nesse tempo), eu estive numa Assembleia em que esteve o Senhor Doutor Candal, houve uma elevação, houve uma perspectiva da Assembleia e na diferença de pontos de vista objectivando o interesse do nosso município. Não da cidade porque nesta Assembleia infelizmente para mim - e eu lamento que os meus colegas Presidentes de Junta das outras freguesias suburbanas e rurais estejam calados, infelizmente para mim fala-se muito é da cidade, não se fala do resto do município. Esquece-se que a área fora da cidade é muito maior do que a que está na cidade. Mas queria eu dizer-lhe que há hoje uma ideia que a Assembleia Municipal de Aveiro é uma Assembleia civilizada, que costuma nivelar por cima a intervenção e, portanto, perdeu uma grande oportunidade para estar calado — desculpe que lhe diga.

Quanto à Junta de Freguesia de Oliveirinha, eu tenho que lhe dizer que não foi só o Senhor Presidente Alberto Souto que também colaborou e que deu o toque final de classe que aquela Junta tem. É mérito dele, é mérito da anterior Câmara, mas também é muito mérito e perseverança da Junta de Freguesia de Oliveirinha ao longo de dez anos. Foram dez anos de luta para ter aquela sede! E foi a felicidade de ter apanhado três Presidentes de Câmara; caso contrário não teria aquela sede. Mas aquela sede hoje é uma referência (e é nacional) para quem a visita como sede de Junta. E é crescentemente procurada para conferências, palestras, cursos de formação, está em intensa actividade e crescente actividade, o que é um motivo de satisfação para nós.

Quanto aos automóveis que nos quer levar para Oliveirinha, leve-nos carros novos e ofereça que nós aceitamos. Os estacionamento coloque-os em Vilar que se calhar lá estão melhor, não é verdade!?

E quanto à Câmara me apaparricar demais. Não sei o que é que Vossa Excelência quer dizer com isso! Eu tenho que aqui referir aquilo que dizia há dias ao Senhor Presidente da Câmara, quando pretendeu dar a ideia ao transferir as competências para a Junta que estava-nos a fazer um favor! Eu disse nesse momento que se havia alguém que estivesse a fazer favores a alguém eram as Juntas à Câmara e não a Câmara às Juntas. Porque as Juntas estão a suprir as falhas e as incapacidades da Câmara em muitas matérias. E aproveito para lhe dizer, por exemplo eu cito-lhe uma, se eu não tivesse queimado as minhas férias a trabalhar nas escolas, não havia escolas abertas em Oliveirinha! E faço-lhe aqui um apelo ao Senhor Presidente de Câmara e ao Senhor Vereador Eduardo Feio, que é preciso resolver os problemas inerentes à recuperação feita nas escolas de Oliveirinha, e fizemo-lo a preços baixos e em tempo recorde para que as escolas abrissem em tempo útil. Isso é mérito do apaparrico! Quem andou aqui a apaparricar quem, sabe quem foi? Foi o Presidente da Junta a apaparricar a Câmara que por acaso até é Socialista e que no plano puramente político teria até interesse em que as escolas não abrissem. Mas como nós temos uma postura ética e de interesse comum, comunitário, e do interesse das

populações, entendemos que tínhamos que nos interessar pela recuperação das escolas para que elas pudessem funcionar em tempo e com qualidade. E eu convido-o a ir ver as escolas. Vossa Excelência Senhor Terra Seca, conhece bem as escolas de Oliveirinha, então eu convido-o para ir ver as escolas de Oliveirinha — o que foi feito e com o dinheiro que foi feito. Obviamente que ainda se deve algum dinheiro a alguém. Garanto-lhe que no mínimo a Câmara gastaria quatro vezes mais que aquilo que foi gasto na recuperação das escolas de Oliveirinha.

Portanto, se aqui alguém apaparica alguém é a Junta de Freguesia de Oliveirinha que está a andar com a Câmara Municipal de Aveiro ao colo e não o contrário.”

Presidente da Mesa:

“Foi longa, mas interessante a sua intervenção.

Sobre o mérito do Poder Autárquico aos vários níveis, a nossa democracia não tem muito tempo e tem estado a corrigir-se pontos de vista — eu por mim falo.

Logo a seguir ao 25 de Abril, convenci-me que o que era importante em política era estar no Parlamento e com o Governo à perna a segurar os programas e os projectos. E não dava (confesso isso) grande importância às autarquias; nem sequer às Câmaras quanto mais às Juntas de Freguesia. Como eu, muita gente pensava assim! E a filosofia da Constituição inculcava essa tendência, porque era esquematizada com a previsão das Regiões Plano, as Regiões de Planeamento e por baixo as Regiões Administrativas. Bem, só que rapidamente nunca chegou a haver Regiões de Planeamento ou Regiões Plano. Rapidamente foi suprimida essa referência e depois nunca chegou a haver Regiões Administrativas. E portanto, o desenvolvimento do território que era suposto ser feito com apoio nessas estruturas não teve esse apoio e veio ao de cima a valia e o mérito das autarquias. E depois, quando o país entrou em convulsão, em perturbação, em perda de comando político, em crise económica e financeira, quem aguentou a democracia nascente em Portugal, quem aguentou a democracia e fez face e satisfaz as necessidades sentidas da população, que ganhou cidadania e começou a querer, a reclamar, a querer o bem comum mais perto, quem preencheu esse vazio foram as autarquias — particularmente as Câmaras.

E depois e mais tarde, nessa época, quem tinha peso ao lado do Poder Central, Assembleia da República e Governo, quem tinha peso eram os Sindicatos — que também se deixaram perder peso; ganhando peso os Autarcas. E com a remoção dos sindicalistas na política o valor e o mérito das Juntas de Freguesia está em crescendo, mas está ainda embrionário. Nomeadamente, só há muito pouco tempo é que se previu alguma remuneração aos Presidentes de Junta; alguma, mínima. Devem ser lugares profissionalizados, pelo menos com uma remuneração que permita uma semi-profissionalização. A total profissionalização é discutível porque é bom que o autarca vicinal esteja muito perto das populações.

Isto para dizer que lá iremos ao reconhecimento do mérito das Juntas de Freguesia e não é tarde.

Depois sobre a história do Adro. Ainda aqui ninguém falou, eu sou seguramente o mais velho dos presentes e o mais velho aluno da escola do Adro. E ainda sou do tempo em que no Adro se fazia a “remonta” — que era esta coisa dos criadores de cavalos (penso que de todo o Distrito) trazerem as suas alimárias, que eram recenseadas e eram medidas e para efeitos de compra dos cavalos para o Regimento de Cavalaria que existia à data. Isso era uma vez por ano, e deixou de ser ali penso que também por protesto das professoras por causa dos cavalos e do perigo do tétano, para os miúdos que brincavam e faziam o recreio naquele Adro, onde se jogavam os jogos todos. Jogava-se à bilharda, jogava-se à bandeira, ao pião nem muito, mas também se jogava ao pião.

Quanto ao parque de estacionamento há aqui uma coisa que eu tenho estado a pensar que é a remoção da estátua ao bombeiro que lá está. Tem que ser feita e tem que ser prevista no caderno de encargos se esta proposta for avante. Porque a remoção daquela estátua sem o risco de se deteriorar não será coisa fácil — a menos que possa ficar lá com um plinto de cimento por ali abaixo ou preservada no escavamento do sítio para o parque; se vier a ser aprovado o parque.”

Vogal António Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu não tinha sequer pensado em intervir. Na sequência daquilo que foi dito acabo por ter que fazer uma intervenção. Eu em primeiro lugar acho que politicamente Senhor Presidente, vai ter claramente que responder a uma questão política que eu acho que é importante ficar aqui esclarecida. Eu acho inacreditável, inaceitável, que o Senhor Presidente da Junta da Vera-Cruz, tenha dito “que nem sequer foi ouvido”!? Foi dito por ele. Foi dito que soube, mas que não foi ouvido. Eu acho inacreditável que se faça isto na porta dele sem isto ter acontecido.

Em relação ainda ao Senhor Presidente da Junta da Vera-Cruz, eu fico satisfeito porque ele juntou-se ao meu clube, ao clube daqueles que têm tolerância zero às respostas — ninguém responde! Eu devo dizer-vos também que eu em relação aos parques de estacionamento até tinha uma opinião favorável. Quando comecei a preparar a reunião até nem achava descabido de todo ter este parque de estacionamento. Mas com a leitura que pude fazer da intervenção da Dr.ª Teresa Fidélis e também hoje com o pequeno lamiré que deu, eu percebo (e com outras intervenções), que se calhar eu estava errado. E estou convencido que de facto estou errado. Mas eu nunca votaria esta proposta a favor mesmo que me convencessem do contrário, apenas pelo facto de que eu estou solidário no disparate. E estou solidário no disparate pela seguinte razão: é um disparate absoluto fazer-se uma concessão a 50 anos quando o “turn-over” do negócio para o empreiteiro é de 4, 5 anos!? O “turn-over” do investimento para o empreiteiro, se eu fizer as contas do modo mais desfavorável a 250 carros (e só aplicando contas da Câmara, eu não fui buscar valores a lado nenhum, fui buscar valores à Câmara) fazendo contas apenas ao cálculo do custo desta infra-estrutura tendo por base o custo que teve o parque que foi feito na Praça Marquês de Pombal, e que se calhar foi muito superior, e ainda aumentando-lhe mais um milhão de contos em cima, se dividirmos, isto tem um “turn-over” de 4 anos se considerarmos os 500 lugares — e um “turn-over” de 8 anos se considerarmos 250 lugares a 50% de ocupação. Meta-lhe mais um ou dois anos por causa da despesa de exploração, que não pode ser mais do que isso (não representa de certeza 30%) e isto é um disparate pegado.

Eu estes números não posso aceitar! E isto só acontece porque estas propostas vem para aqui sem serem explicadas. Eu acho que esta Assembleia perde muito tempo, eu acho que é ridículo estarmos aqui a discutir este assunto uma noite inteira, mas também é muito por culpa da Câmara porque traz umas propostas muito mal elaboradas. Nós não temos nada para trabalhar! De maneira que andamos a fazer contas e se calhar andamos a laborar em erros — eu espero que não! Eu tenho tido o cuidado e a cautela de ter (pelo menos acho eu) de ter trazido para aqui e eu falo sempre em contas pois é natural, mas de qualquer das maneiras tenho feito as contas e nunca fui desmentido. Nunca o Senhor Presidente me desmentiu objectivamente. Aliás, ignora-me normalmente nas respostas e, portanto, quer dizer que se calhar concorda comigo, não o pode é dizer.”

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Diamantino Jorge (INDP.)

Presidente da Mesa

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Uma interpolação à Mesa em nome da bancada do CDS, para dizer que aguardámos tranquilamente até ao final das intervenções de todos os elementos desta Assembleia inscritos para falar e aguardámos na expectativa de uma informação concreta por parte da Mesa desta Assembleia relativamente ao ponto que levantámos e que consiste no erro claro, rotundo e inegável que existe na documentação que nos foi distribuída.

Não tendo sido feito esse esclarecimento, não tendo sido tomada qualquer posição por parte da Mesa, eu solicitava formalmente à mesma que interrompesse aqui e agora a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, uma vez que a bancada do CDS/PP tem todas as legítimas e fundadas dúvidas sobre aquilo que foi deliberado em reunião de Câmara (Ponto 1).

(Ponto 2) A única forma de esclarecer cabalmente esta Assembleia e particularmente esta bancada prende-se com a audição da gravação da reunião de Câmara. Prende-se também com a audição do nosso Vereador com assento na Câmara Municipal, e não creio, tenho a certeza até, que não estamos em condições neste preciso momento de perseguir com a discussão e sequer avançar para a votação desta proposta. Porque volto a frisar, nem sequer sabemos, nem temos hipótese nenhuma de saber agora, qual o teor da deliberação Camarária — e isto para mim é incontornável.

Em nome da bancada do CDS, peço-lhe que a Mesa actue em conformidade ou então seremos obrigados a retirarmo-nos do resto da discussão deste ponto, inclusivamente na votação.”

Presidente da Mesa:

“Eu vou dar a palavra ao Presidente da Câmara, vou dar e já agora peço-lhe que expressamente: temos realmente dois valores, um que é o que consta da informação do Departamento de Desenvolvimento e Planeamento Territorial (Divisão do Património Imobiliário) onde fala, valor base das propostas que é de “3.600€ ano - à consideração superior”. Á consideração superior é passar para a hierarquia política ou seja para a Câmara. E portanto, peço ao Senhor Doutor Alberto Souto, se houve ou não intenção de alterar este valor que vinha na informação dos Serviços e qual foi o valor que esteve presente no debate. E portanto, se isto é um lapso do debate, se é um lapso da grafia, se é um lapso desta extracção de acta. Peço-lhe que aborde isso expressamente para ficar registado.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Regimentalmente quer por palavra escrita quer nas entre linhas, é dito que se não houver elementos cabais ao esclarecimento dos pontos da ordem de trabalhos, para qualquer elemento quanto mais para uma bancada, ele não pode ser discutido. E claramente aqui a questão é o erro. E eu volto a dizer: a bancada do CDS entende que o esclarecimento deste erro apenas e só poderá ser feito através do recurso à audição do que se passou na reunião ordinária de Câmara do dia 22 de Setembro de 2003 — é só isto.”

Presidente da Mesa:

“Eu tinha percebido perfeitamente e tinha boa memória de tudo quanto disse — e limitou-se a repetir! Essas suas observações, essa divergência são indiscutíveis. Essas suas observações têm toda a razão de ser objectivas, vamos agora ao resto.”

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

c

“(Eu gostava que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz estivesse na sala).

Bem, eu queria começar por aí e para dizer o seguinte: eu desde 1997 que conheço o Senhor Barbosa. Fez comigo a campanha para a freguesia da Vera-Cruz em 1998, onde constava este parque de estacionamento no meu programa. Fez comigo a campanha seguinte em 2001, onde constava este parque de estacionamento no meu programa. Nunca lhe ouvi (até à semana passada) numa intervenção nos jornais, uma oposição à ideia e ao conceito deste parque. Nunca lhe ouvi. E portanto, isto é no mínimo espantoso! E queria evitar todos os adjectivos porque não encontro nenhum bom.

A Câmara tem obviamente competência funcional, competência política, e o tipo de relacionamento pessoal que sempre teve com o senhor Barbosa e todas as vezes que foram inúmeras em que conversámos sobre este parque, de facto não nos passou pela cabeça que em exemplo do que aconteceu com a Capitania, com o Teatro Aveirense, com inúmeras obras que o município desenvolve no âmbito das suas competências, pensar que poderíamos ser censurados por não ter enviado uma consulta formal à Junta de Freguesia, sobre uma questão que para nós era pacífica — como digo, ao logo de seis anos. Sempre foi e, portanto, há aqui outras motivações recentes que explicam esta mudança de atitude. Porque até de elementos formais enfim, o Senhor Presidente da Junta da Vera-Cruz teve a ocasião de tomar conhecimento e avaliar este parque de estacionamento nos estudos da TECNEP, entre outros.

É contra o parque afinal, porquê? Eu ouvi atentamente a sua intervenção e sinceramente não consegui descortinar nenhuma razão válida. E também convinha saber quem é contra o parque? Se isso corresponde a uma deliberação da Junta de Freguesia ou se é uma opinião pessoal do Senhor Presidente da Junta de Freguesia!? Porque de facto não é indiferente. Eu com o Senhor Barbosa, como lhe digo, há seis anos nunca lhe ouvi uma reserva em relação a este parque. Admito que a Junta de Freguesia tendo-se debruçado sobre o assunto tivesse agora algumas reservas. Mas convinha também que isso fosse esclarecido para que possamos ter presente qual é a sede da divergência: se é o senhor Presidente, se é a Junta? E o que eu queria perguntar ao senhor Barbosa é se... (ao Senhor Presidente da Vera-Cruz) de facto acha que há oferta de estacionamento suficiente no seu bairro? Se não fala todos os dias com os moradores e se não ouve as queixas diárias em relação à falta de estacionamento em todo o bairro da Beira-mar, que circunda o local onde queremos fazer o parque? Se pensou nos interesses desses municípios e dos fregueses que representa quando aqui expôs aquilo que disse? Porque se pensou, não soube certamente exprimir a defesa desses interesses.

É contra, porquê? Ouvimos-lhe aqui três ou quatro ideias: é contra porque é o risco de partir/fissurar a obra da nova Junta (e isto foi para ter graça, mas nem é engraçado, nem é um fundamento sério); é contra (teve mais graça, mas fora do sítio), é contra porque a Câmara reservou dez lugares para si e a Junta vai ter que comprar lugares ao parque!? Não lhe passou pela cabeça que esses dez lugares que a Câmara institui como uma das condições da concessão seriam para oferecer à Junta — mas passou-nos a nós; veja só do que nos fomos lembrar, passou-nos a nós.

Bom, é contra porque não conhece e não aprovou o arranjo para a praça!? Bem, nem o Presidente da Junta nem nós, como aqui ficou e penso que todos perceberam já isso, nós não estamos a falar do projecto, estamos a pedir apenas uma autorização para abrir o concurso; concurso no âmbito do qual irão aparecer as propostas e designadamente as propostas para os arranjos finais da praça que ficará por cima.

Bom e depois é contra, finalmente, porque está preocupado com o risco de se “profanarem” como disse as ossadas que ali possam vir a ser encontradas e porque alegadamente haverá ali alguns vestígios arqueológicos que importa preservar! É também contra este argumento, como aliás foi aqui referido e lembrado, a deliberação de Câmara não se esqueceu disso e acautelou essa preocupação impondo que antes de começar qualquer obra relativamente ao parque de estacionamento sejam feitos os trabalhos arqueológicos que permitam detectar as situações existentes e que a obra seja acompanhada de forma a que como lembrou o Dr. Raúl Martins e lembrou o Senhor Eng.º Diamantino Jorge, se se encontrar algo relevante que imponha a sua presença, fiquem acautelados os interesses que nós prezamos muito, como se imagina, da defesa da preservação do nosso património arqueológico e histórico.

E, portanto, há falta de estacionamento naquela zona, os moradores queixam-se há anos, temos um conjunto de equipamentos que eu comecei por enumerar na minha apresentação inicial que precisam de estacionamento. O Senhor Padre da Paróquia da Vera-Cruz queixa-se todos os dias da falta de estacionamento — mas deve estar a pensar na defesa dos interesses dos paroquianos que frequentam as missas quando vota contra este parque de estacionamento.

O programa e o projecto de retirarmos os parques, os automóveis da Avenida Lourenço Peixinho e de o retirarmos das zonas históricas como ontem aqui referimos, e aqui hoje também alguém lembrou, passa evidentemente por termos alternativas. E alternativas não são os parques periféricos — não confundamos as coisas. O parque que ontem aqui aprovámos e outros mais na periferia evitam que os carros cheguem aos centros históricos. Este parque de que estamos a falar tira os que já lá estão; devolve espaço público histórico à fruição dos munícipes e portanto, qualifica toda a zona, melhora a qualidade de vida dos moradores que não se vêem invadidos por todos os carros que ali têm que acorrer e não estamos a falar de trânsito de entradas e saídas — isso então é que seria uma catástrofe. Houve alguém que referiu isso, julgo que foi o João Paulo Tavares que referiu isso, está fora de causa evidentemente, no espírito da Câmara, abrir um canal pela Rua José Lencastre até ao IP5; isso é que seria transformar o bairro da Beira-mar e o largo da Vera-Cruz num inferno, está fora de causa isso. Portanto parece-nos que há excelentes razões para que se abra a possibilidade de abrir ali um parque.

Bem, queria também dissipar algumas dúvidas - eu não direi insinuações, mas algumas deixas que foram feitas e que obviamente não correspondem a nada de consistente. As árvores não foram atacadas por doença súbita, não houve nenhuma atitude premeditada da Câmara de cortar as árvores para fazer o parque! Eu devo dizer que me recordo de durante algum tempo não ter posto este parque na agenda justamente porque lá estavam as árvores e porque era uma questão delicada. Eu não queria pôr abaixo aquelas árvores, mas infelizmente de facto o que aconteceu foi que elas morreram e isso está comprovado — há relatórios fitossanitários (julgo que é assim que se diz), que levámos à reunião de Câmara para que toda a gente percebesse porque é que as árvores tiveram que ser abatidas.

Bom, e depois queria recordar, eu não quero estar a repetir em relação ao que foi dito ontem, todos temos presente aquilo que foi dito sobre a concessão da Câmara, sobre a política de estacionamento, mas apesar de tudo queria tornar a insistir num ponto. Entram por dia em Aveiro 60.000 automóveis. Nós se aprovássemos e construíssemos todos os

parques que estão previstos na coroa central da cidade (e o Prof. Manuel Coimbra lembrou outros), vamos ficar com uma oferta de 3000 automóveis. E portanto, não tenhamos ilusões, nós temos que ter uma política equilibrada, uma gestão equilibrada do território, que nos permita ir afastando cada vez mais automóveis do centro, mas ter aquele mínimo que permita às pessoas com necessidades absolutas de chegar aos centros, terem uma oferta, melhorando a qualidade de todos e do espaço público nessa zona.

O parque da Polis que aqui foi referido é um outro conceito completamente diferente. É um dos tais que vai permitir que os automóveis não circulem no bairro da Beira-mar. Vai permitir que eles saiam do IP5, fiquem do lado de lá do canal de São Roque, e que as pessoas atravessassem a pé para o lado de cá. É outro conceito, é outro tipo de oferta que também é necessária, mas que complementa este tipo de oferta de que estamos a falar.

Bem, depois sobre a questão da renda. Em primeiro lugar uma questão política, uma observação política se me permitem. Eu lamento muito que a oposição fique tão acirrada, fazendo oposição e mostrando o seu melhor, cometendo a gralha. De facto, cada um faz a oposição que quer, e faz como sabe, e como gosta, e como pode, mas realmente hoje eu diria que uma boa parte do tempo excessiva — do meu ponto de vista, a análise política não passou da preocupação com as capacidades de revisão de gralhas. E eu fico, enfim, fico triste porque de facto falhámos ao nível da revisão das gralhas, mas fico triste por a oposição perder tanto tempo com esse aspecto. É sinal que se calhar no fundo, no fundo, estão de acordo com o essencial e que devem censurar a questão da gralha. Estamos de acordo é censurável, é imperdoável, mas é uma gralha! E como bem decorre da leitura de todos os documentos que foram distribuídos, a acta da deliberação de Câmara remete para as condições constantes da informação que se dão ali por inteiramente reproduzidas, onde aparecem os 3.600€ ano. E como eu já ontem expliquei...

Presidente da Mesa:

“Doutor Alberto Souto, desculpar-me-á: diga expressa e sinteticamente que onde na deliberação da Câmara consta no texto, que nos foi dito 3.600€ mês, deve ler-se 3.600€ ano, para ficar na acta.”

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“...É isso exactamente! Aliás, basta fazer algumas contas. Eu ontem referi aqui que nós tínhamos calculado a renda do espaço de 50 metros. Se fosse o contrário, equivalia a pagar salvo erro 700 contos por mês para um espaço de 50 metros quadrados. E julgo que obviamente todos percebem que isto é gralha. Percebe-se da remissão de um texto para o outro e percebe-se fazendo algumas contas.

A questão da renda do parque de estacionamento, como ontem também foi aqui explicado (e por isso Diogo Machado, eu disse com toda a urbanidade e boa educação e o Diogo Machado exaltou-se e teve uma reacção que me pareceu desproporcionada), eu não disse que o Senhor era disparatado - eu não insultei ninguém! Disse-lhe para não insistir nesse disparate. Foi em relação à frase em si. Não insultei pessoalmente ninguém.

Mas porque é que isso não estava correcto? Porque como eu ontem afirmei e podia estar lembrado disso: nós queremos que a concorrência actue, que faça as suas contas. O Granjeia achou aqui quatro anos de “tourn-over” — seria estupendo, será certamente um bom negócio. Nós não somos tão optimistas, acreditamos que se calhar vai demorar dez anos até que o investidor comece a ganhar o primeiro euro. É bom que as pessoas tenham isto presente. Tem que haver ali um investimento de seiscentos, setecentos mil contos, se calhar mais, e tem que haver um período de exploração do parque durante “x” anos talvez

dez anos, para o investidor começar a ganhar o primeiro euro. Mas pronto, cada um fará as suas contas, mais ano menos ano.

Nós queremos que sejam os investidores a fazer e a correr o risco e por isso quando há pouco o Gustavo me dizia que o critério tinha sido diferente do parque de ontem é exactamente assim. Nós no parque de ontem alienamos, digamos assim, e valorizámos o direito de superfície, a área que está prevista para direito de superfície e deixámos também ao cálculo dos investidores a renda inerente à exploração do parque. Aqui assim, como só temos o quiosque, calculámos a renda para o quiosque e deixamos o cálculo de renda para o parque ao critério dos investidores. Isto é feito com toda esta simplicidade e devolvendo ao mercado o risco e a responsabilidade de fazerem as suas contas e de oferecerem mais — a Câmara vai obviamente valorizar a melhor proposta, que variará consoante apostarem que têm um “turn-over” de cinco anos ou de dez. Ótimo para nós. A melhor proposta é aquela que interessa. E portanto, parece-nos que do ponto de vista do negócio em si e das condições, elas são aquelas mínimas, que permitem aos operadores privados fazer as suas contas e efectuar os seus investimentos.

Finalmente, em relação à questão do Plano. O parque não figura no Plano de Actividades deste ano; figurou noutros anos de facto. Este ano não figurou porque a Câmara este ano não tinha de facto meios para o fazer. Agora, eu julgo que não tem que figurar porque é uma acção de um privado. Nós vamos autorizar um privado a desenvolver um projecto. É isso que se vai passar, não é uma iniciativa que envolva despesa da Câmara, não altera nem interfere com o orçamento da Câmara. Estamos a conceder autorização a um particular para desenvolver um projecto. Senão teríamos que incluir no Plano de Actividades todos os processos de obras previstos para o concelho porque são autorizações de construção, são processos privados, e estes processos correm pela gestão urbanística como qualquer outro processo privado. E portanto, julgo que não tem que lá estar. Se por qualquer outra interpretação chegasse à conclusão que tinha que estar, o único meio para suprir essa falta era trazer à Assembleia Municipal (o que estamos realmente hoje a fazer) e, portanto, por um lado ou por outro julgo que não há a menor dúvida sobre isso.

Bom, e é com estas explicações e comentários que penso que dissipam muitas das dúvidas que foram suscitadas e que talvez permitam a todos os presentes ou a alguns deles perspectivar esta autorização de forma diferente que eu renovava o pedido a esta Assembleia para autorizar a concessão dos termos da informação.”

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal António Regala (PCP)

Presidente de Mesa

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Presidente da Mesa:

“Peço ao Senhor Vereador Eduardo Feio que faça chegar à Mesa esse recenseamento nos moldes e com a forma que tiver, não vale a pena estar a encadernar, nem estar a rever a redacção e os erros ortográficos.

O Senhor Presidente da Câmara fez uma chamada interpretação autêntica do texto da deliberação, que eu pessoalmente aceito como válida. Mas o facto de se referir aqui “nas condições constantes da informação”, que usou como arguente, é exactamente ao contrário! Porque se dissesse: “e nas demais condições” encantado. Mas quando não diz assim: “e nas condições” dá a impressão que isto é exactamente uma diferenciação em relação às condições todas, nomeadamente esta da cifra constante da informação. Mas estamos esclarecidos.

Agora, o problema que se pode pôr é saber, se o Presidente da Câmara, sem levar o tema à Câmara se pode fazer isso agora aqui. Eu não me interessa muito isso por uma razão simples, porque eu ao abrigo do Regimento do n.º 2 da alínea q) do artigo 2.º do Regimento e ao abrigo da alínea q) do artigo 53 da lei 169/99 que diz: «autorizar nos termos da lei a Câmara Municipal a concessionar concursos públicos, exploração de obras e serviços públicos, fixando as respectivas condições gerais», ao abrigo deste preceito eu proponho à Assembleia que nisto da cifra, que seja 3.600€ mês, ou 3.600€ ano, ou qualquer outra coisa: eu proponho que seja nas condições gerais desta Assembleia a cifra de 3.600€ ano. Eu gosto muito de ver as pessoas brilharem em democracia, mas sempre fui contra o uso de argumentação não essencial para ter sucesso nas oposições que se fazem democraticamente.

Em suma, o que me parece é que depois desta discussão toda não se justifica levantar este ponto da agenda para ir à Câmara provavelmente repor os 3.600€ ano. Estão aqui dois Vereadores, os outros não estão porque não querem, não desmentiram o Presidente, não estão em reunião formal da Câmara, não vamos perder novamente tempo a repetir esta cena.

E portanto, eu apresento ao plenário uma PROPOSTA - idêntica a esta que vem aqui na acta quanto às condições gerais e com esta nuance: "...cujo valor base se cifra em 3.600€ ano e nas demais condições constantes de informação anexa". E se chumbar esta minha proposta, vota-se depois a proposta da Câmara com a redacção que quiserem."

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

"O Senhor Presidente da Câmara diz que este ponto não tem que estar no Plano de Actividades, porque é trazido à Assembleia. Eu não acho que seja assim! E mesmo em articulação com essa alínea que citou, o documento que nos chega é o Plano de Actividades e Orçamento – que tem duas vertentes. Uma é uma vertente política, quer dizer que é a Assembleia, a Câmara, num momento próprio e com a preparação própria, adequada ao efeito e ao documento que tem essa natureza, a autorizar globalmente um conjunto, um elenco de obras que o município vai fazer. Essa é por excelência a vertente política; isto não se pode subverter porque no documento não foi autorizada esta obra! Quer dizer, o Orçamento é como que o documento habilitante para ulteriormente se vir discutir aqui uma proposta que é esta. Simplesmente não tem cabimento. Não é no Orçamento, mas nessa parte política, que é o documento que autoriza esse tipo de obras — como outras; umas são realizadas outras não.

Agora a quantificação é o que o Senhor Presidente aqui agora traz: é o contrato em si, que já devia ter uma autorização prévia no documento — é essa a interpretação que eu faço. Porque já a devia ter nesse documento que é o Plano de Actividades e não tem, não é! Dá-me a impressão que isto é absolutamente ilegal e que a Mesa não deve deixar ultrapassar esta situação."

Presidente da Mesa:

"Eu acompanho o seu raciocínio e entendo o seu raciocínio. Esta obra não consta do planeamento geral da Câmara, não consta do Plano e, portanto, é digamos que um acrescento, uma surpresa, uma glosa lateral, tudo bem! Compreendo isso. Penso que o Plano que é uma declaração, um arrolamento de projectos de intenções. Se a Câmara tivesse despesas com isto não tenho dúvida que havia uma ilegalidade. Não penso que a Mesa esteja a cometer uma ilegalidade relevante e não penso que o plenário cometa uma ilegalidade relevante se aprovar isto. E estou muito descansado

porque se houver ilegalidade, qualquer membro da Assembleia ou qualquer munícipe pode submeter isso à apreciação contenciosa.

Agora está na moda dizer que afinal o Estado de Direito e os Tribunais funcionam — há quem diga que não! Portanto como os Tribunais funcionam é assim: a Mesa por esse motivo não retira o ponto da agenda.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Para uma interpelação à Mesa, reiterando que considero esta interpretação da Mesa tendenciosa e facciosa, contrariando a teoria do arco-íris que o Senhor Doutor Carlos Candal apregoou quando foi eleito para a Mesa. Claramente a Mesa procura neste momento fazer passar pela força, sem zelar pelo cabal e completo esclarecimento de todo e qualquer membro desta Assembleia, mesmo tendo eu em representação da bancada do CDS/PP afirmado claramente, que esta bancada não se considera esclarecida, uma vez que não nos basta a palavra do Senhor Presidente da Câmara. Não nos basta qualquer proposta que emane de onde emane – seja da Mesa seja de quem for, porque também eu então poderia dizer que a bem das finanças da Câmara de Aveiro propunha que o valor fosse 3.600€ mês. Não quero propor! E não quero propor porque estava a cair naquilo que eu considero ser uma irregularidade, naquilo que eu considero ser o dissimular de um erro, que é um erro importantíssimo para o esclarecimento. E a Mesa está a tentar claramente – e eu até transformo a minha interpelação num protesto à forma como os trabalhos estão a ser conduzidos neste ponto. Está a tentar, claramente, fazer passar este ponto à força!? Recorre à lei mas não diz tudo. Recorre à lei para umas coisas e recorre à mesma lei para outras.

Na quarta-feira passada o Dr. Filipe Brandão disse claramente e citando a lei, que esta Assembleia só tem competência “sob proposta da Câmara”. É verdade ou não é? Citou o mesmo artigo Dr. Filipe Brandão, sob iniciativa da Câmara, sob proposta da Câmara! Citou o mesmo artigo ou não citou Dr. Filipe Neto Brandão? A proposta está errada, Doutor Brandão... Eu não faço a menor ideia do que é que é um “erro material de escrita” e onde é que ele reside!? Não faço a menor ideia. Qual é a deliberação camarária? E isto não é uma gralha. Ninguém sabe o que é a deliberação camarária e, portanto, voltaria a dizer-lhe que nós temos a firme intenção de sob forma de protesto (que considero democrático também), nós bancada do CDS, de nos ausentarmos do resto da discussão deste ponto e da votação do mesmo, uma vez que consideramos que estar a fazer passar as coisas desta maneira é indigno (desculpe o termo), para a democracia que sempre aqui vivemos e que sempre aqui respeitámos.”

Presidente da Mesa:

“Devo-lhe dizer o seguinte (já agora e a discussão já vai longa): não penso que isto prejudique o arco-íris, porque dei a palavra — foi usada exhaustivamente a todas as teses. É fora de dúvida que a Assembleia tem a legitimidade e compete estabelecer as condições gerais. E finalmente, ainda não votámos! O que revela a maneira de pensar das pessoas e a verdadeira democracia (com arco-íris ou outras cores) é o resultado das votações. Não há outra maneira de aferir a vontade das populações e dos cidadãos e dos representantes dos cidadãos senão pelo voto. É assim, não há outra maneira. Ainda não se inventou...”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

“Para se votar em consciência é preciso ser-se esclarecido.”

Presidente da Mesa:

“...Está esclarecidíssimo! Agora se me perguntar a minha opinião: se eu acho que é barato os 3.600€ ano; eu acho que é barato. Mas não podemos esquecer que isso é a base da licitação.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, eu há bocado na minha intervenção desvalorizei estas “gralhas” como foi chamado pelo Senhor Presidente da Câmara. Mas há realmente gralhas e gralhas. E aquilo que eu desvalorizei acho que foi demasiadamente desvalorizado a seguir pelo Senhor Presidente da Câmara. E isso preocupa-me porque parece que estamos a cair demasiado num determinado laxismo que eu não estava habituado a ver nesta Assembleia. E temo que cada vez estas gralhas desvalorizadas pelo Senhor Presidente da Câmara, passem aquilo que até eu que não sou nada formal neste género de coisas, a minha área não são as leis, de cairmos numa situação que acho que ultrapassa em demasia aquilo que são as leis, que até eu reconheço que nós nos devamos reger.

E aquilo que eu perguntava e porque acho que a Mesa tem que zelar pela legalidade dos trabalhos, eu começo a questionar-me, e porque se calhar há uma bancada que realmente está a puxar por este ponto, e sinto-me também com uma certa obrigação, duma certa solidariedade, para que nós não caiamos em demasiadas ilegalidades. E aquilo que eu perguntava, é se a posição que neste momento o Senhor Presidente da Mesa está a ter em deixar que este assunto possa prosseguir nesta Assembleia, se tem a unanimidade da Mesa? Gostaria muito de saber se a Mesa é unânime nesta interpretação!?”

Presidente da Mesa

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, muito rapidamente, não só porque começa a ser ridículo teimar sobre determinados pontos, como nesse afã se tocam em questões que eu peço e chamo à atenção dos presentes da sua periculosidade. Que é o seguinte (e até temos um ponto seguinte, onde manifestamente desde já antecipo que há alguns erros que não seguramente de escrita), mas neste caso, em que o Senhor Presidente refere que há um lapso de escrita, ou seja, que não há discrepância entre deliberações. E assim sendo, não tem cabimento sequer devolver um documento porque os erros de escrita não são sanáveis por nova deliberação, só por mera transposição e redacção pelo funcionário encarregue de transpor essa matéria. Portanto, não se trata de uma questão em que é necessário devolver ao Executivo para que ele delibere e sane essa discrepância. Não há discrepância, há um erro – como o Senhor Presidente da Câmara refere, há um erro de escrita. Ora, o Senhor Presidente referiu e garantiu perante esta Assembleia, que é um erro de escrita. E eu vejo com alguma ligeireza, e falo pessoalmente, alguém dizer que não confia na palavra do Senhor Presidente!

Mas eu acho que é uma questão que eu acho de alguma periculosidade, e eu estou à vontade porque fui oposição e, como constantemente como me é recordado uma oposição veemente, jamais pus em causa a palavra de um Presidente de Câmara. E permito-me sublinhar um facto que politicamente é relevante: se há quem argumente que politicamente, que não tem presente os seus Vereadores para que possa questionar directamente, é porque esses Vereadores estão a violar uma obrigação legal, porque desde 1999 é obrigatória – embora não haja sanção jurídica, mas é um acto politicamente obrigatório, os Vereadores estarem representados, todos, na Assembleia Municipal. Portanto será uma falha de cada bancada que se reclama ausente do seu representante camarário.

Ora, e concluindo, estando a meu ver até desnecessário recorre a outro meio que não a correcção oficiosa de um erro de escrita, é evidente que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal é mais do que livre, não só de proceder ele (perante as declarações lavradas em actas) a essa correcção, como obviamente qualquer membro desta Assembleia, de propor um valor. Eu, pessoalmente, iria pela correcção do lapso de escrita. O Senhor Presidente entende dar a cobertura a todas as vias possíveis através da correcção desse valor — é perfeitamente legítimo. E, portanto, estamos aqui a teimar num ponto que já deveria estar ultrapassado.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de fazer um requerimento à Mesa ainda sobre este ponto.

«REQUERIMENTO – A bancada do CDS/PP, requer à Mesa que aprecie e delibere este seguinte ponto: a proposta em discussão conforme aqui foi dito e confirmado, é relativa a um parque de estacionamento subterrâneo, concepção, construção e exploração de um parque de estacionamento sob a Praça Maia Magalhães, cuja obra não consta do orçamento aprovado por esta Assembleia para as obras a executar no ano em curso.

No entendimento da bancada do CDS, estar a votar esta proposta sem que ela tenha sido prevista no orçamento, esse acto é absolutamente ilegal.

A bancada do CDS requer à Mesa, que formalmente se pronuncie sobre a legalidade ou ilegalidade da discussão e votação deste ponto.»

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Senhor Presidente, era só para deixar claro que do meu ponto de vista, eu penso que há bocado fui claro em relação aos argumentos e penso que podem tranquilizar toda a gente. Trata-se de uma obra de um privado que a Câmara autoriza e que não implica despesa para a Câmara e que por isso não tinha que estar no Plano de Actividades, nem tem o menor reflexo no Orçamento; nem tem, nem pode ter.

E eu só queria dar um exemplo para todos perceberem a importância do que estamos a dar a este problema: a Câmara todos os anos licencia e autoriza a concessão (abre concurso para a concessão de quiosques de jornais, de venda de bolacha americana... estamos a falar exactamente do ponto de visita jurídico da mesma situação), não encontram em nenhum Plano de Actividades a concessão de um quiosque para a venda de jornais ou para a bolacha americana. Não encontram, não tem que lá estar!? Como não encontram muitas outras actividades que ao longo dos anos vão aparecendo na dinâmica da gestão camarária — primeiro aspecto.

Segundo aspecto — se tivesse que ser aprovado por esta Assembleia, eu chamo à atenção desta Assembleia que estamos em vias de fazer essa aprovação.”

Membros da Assembleia

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Senhor Presidente da Mesa, gostaria de saber a sua posição, quando aqui é dito que esta obra não tinha que estar – pelos argumentos que aqui foram aduzidos pelo Senhor Presidente da Câmara – no Plano de Actividades e Orçamento, porque não tem implicação directa nesse Plano de Actividades e nesse Orçamento: se a Mesa concorda com isso? E se não acha que por exemplo, no capítulo da receita, esta obra... (não há receita?), por amor de deus, Senhor Presidente. O Senhor está a autorizar um investimento e ainda por cima...
D*

Presidente da Câmara:

“Esta obra demora sempre um ano a construir, qualquer receita só se reflecte no próximo ano.”

Membros da Assembleia

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

“...A autorização é retroactiva?!”

Presidente da Mesa:

“A Mesa deliberou, face ao requerimento formalizado pelo Deputado Jorge Nascimento e face ao requerimento complementar apresentado pelo Deputado Soares Machado, o seguinte: a Mesa considera não existir qualquer ilegalidade que impeça a votação da proposta.

Podem recorrer para o plenário, é evidente.”

De seguida o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos a pedido da bancada do CDS/PP.

Retomados os trabalhos usaram da palavra os Vogais:

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em consonância com a posição já anunciada por esta bancada e porque discordamos frontalmente da deliberação tomada pela Mesa, a bancada do CDS ausenta-se momentaneamente dos trabalhos para não participar nesta votação.”

(Saíram da sala os Vogais Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira e Victor Manuel Simões Dias).

O Presidente da Mesa colocou à votação na generalidade, o ponto 6 da Ordem do Dia: Concessão da obra pública e constituição do direito de superfície quanto ao parque de estacionamento da Praça Maia Magalhães, sendo o mesmo aprovado por maioria de dezanove votos a favor (PS18+IND1), uma abstenção (IND1) e dez votos contra (PS1+PSD8+PCP1).

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada por ele próprio, do seguinte teor: «**PROPOSTA – ... cujo valor base se cifra em 3.600€ano e nas demais condições constantes de informação anexa**»; sendo a mesma aprovada por maioria de dezoito votos a favor (PS17+IND1), onze abstenções (PS2+PSD8+IND1) e um voto contra (PCP1).

Continuando, o Presidente da Mesa colocou em votação final global, o ponto 6 da Ordem do Dia: Concessão da obra pública e constituição do direito de superfície quanto ao parque de estacionamento da Praça Maia Magalhães, sendo o mesmo aprovado por maioria de dezanove votos a favor (PS18+IND1), uma abstenção (IND1) e dez votos contra (PS1+PSD8+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Regala (PCP): – Nos termos do artigo 93.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, solicitou registo na acta do voto de vencido.

“Gostava que o meu voto fosse considerado voto de vencido e como tal, considerando que continuo a pensar da ilegalidade que foi cometida, na situação de se ter trazido, portanto, a esta Assembleia, uma proposta de uma obra não contemplada no Plano.

Continuo a dizer isto, inclusivamente, porque exemplos que aqui foram dados de obras que de facto não são contempladas no Plano e que são feitas também não necessitam de vir à Assembleia. Por este facto, esta tendo vindo à Assembleia está cometida quanto a mim (o meu parecer), está cometida de ilegalidade.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Aveiro, votou contra esta proposta, porque entendemos que a falta de estacionamento a existir na freguesia da Vera-Cruz se refere ao estacionamento gratuito e não ao estacionamento pago, tal como é constante nos pressupostos desta proposta.

A construção de um parque de estacionamento no Largo Maia Magalhães, junto à sede da Junta de Freguesia da Vera-Cruz, com oposição frontal do seu representante nesta Assembleia, é um atropelo que consideramos grave, ao entendimento saudável que deve existir entre os diferentes órgãos autárquicos no nosso concelho e ao respeito institucional. Este parque de estacionamento, a ser construído, não será de fácil acessibilidade aos automóveis e antes pelo contrário, irá promover a circulação automóvel no centro da cidade numa política exactamente contrária aquela que a Câmara Municipal de Aveiro tem promovido com a sua adesão às iniciativas da “cidade sem carros”.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD):

“Votei contra, embora há dias me tenha pronunciado a favor do parque de estacionamento, desconhecendo então as razões e as preocupações que assistiam à Junta de Freguesia da Vera Cruz. Preocupado que esteja aqui a ser atingido e possa ser atingido e não respeitado e não tratado com cuidado o património arqueológico e histórico da Praça, levou-me a mudar a minha opinião, que no plano dos princípios concretos do parque de estacionamento parece-me uma decisão de apoiar, mas com esta componente e esta preocupação, obviamente, eu não poderia ter outra posição senão votar contra.”

Vogal João Barbosa (PS):

“Votei contra pelos motivos expostos na minha intervenção e acima de tudo porque achamos que este parque de estacionamento não vai beneficiar em nada a população do bairro.”

(Reentraram na sala os Vogais Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira e Victor Manuel Simões Dias).

Concluídas as intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a quinta reunião desta Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 16 de Outubro (5.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 01:00 horas do dia 11 de Outubro de 2003.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)